

PROCESSO Nº: 12858/2020-5

ESPÉCIE: Prestação de Contas de Gestão (em estado de diferimento)

ENTE: Município de Maracanaú

UNIDADE JURISDICIONADA: Instituto de Previdência

INTERESSADOS: Erick Setubal Oliveira Me, Thiago Coelho Bezerra

EXERCÍCIO: 2019

DESPACHO SINGULAR nº 1035/2026

Trata-se de Prestação de Contas de Gestão do Instituto de Previdência do município de Maracanaú, referente ao exercício de 2019, cuja unidade orçamentária não foi selecionada para instrução e julgamento com base nos critérios da matriz de risco e do sorteio, aprovados em sessão Plenária do dia 08/03/2022 (Ata nº 03/2022), nos termos da Resolução Administrativa nº 20/2021.

O Relatório Informativo nº 3513/2025 da Assessoria de Apoio ao Controle Externo, certifica o decurso de prazo de diferimento e invoca a referida Resolução, em especial o art. 10, § 4º¹.

O presente processo tem como período de gestão de 01/01/2019 à 31/12/2019, tendo, com isso, o prazo final previsto em Lei para apresentação da prestação de contas até 10/11/2020, somando-se 5 (cinco) anos do encerramento do prazo previsto em Lei, verificou-se, portanto, o seu decurso de prazo do estado de diferimento em 10/11/2025.

Considerando o Despacho nº 3863/2026 da 1ª Procuradoria de Contas, que entendeu pela prescrição;

Considerando o entendimento da Unidade Técnica, bem como as diretrizes desta Corte de Contas, visando a observância dos princípios da razoável duração do processo e da eficiência, previstos no inciso LXXVIII do art. 5º e no art. 37, ambos da Constituição Federal, assim como a necessidade de aprimorar o modelo de fiscalização deste TCE/CE, a fim de torná-lo mais célere e tempestivo;

ENCAMINHAR os presentes autos à:

SECRETARIA DE SERVIÇOS PROCESSUAIS para **ARQUIVAR** os autos, nos termos da Resolução Administrativa nº 20/2021.

Fortaleza, 19 de janeiro de 2026.

Patrícia Saboya
Conselheira Relatora

1 Art. 10. As prestações de contas já autuadas e não selecionadas, nos termos definidos nesta Resolução, ficarão em estado de diferimento dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento do prazo previsto em Lei para apresentação da prestação de contas. [...]

§4º Passado o prazo previsto no caput do artigo, a Secretaria de Controle Externo deverá certificar o seu decurso e sugerir ao relator o arquivamento das respectivas prestações de contas que se encontram em estado de diferimento, o qual poderá, acolhendo a manifestação técnica, determinar à Secretaria de Serviços Processuais que proceda ao arquivamento do feito.